



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 02, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PROVA DISSERTATIVA

PROCURADOR LEGISLATIVO

TARDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **2 (duas)** questões discursivas e **1 (um)** parecer, você receberá do fiscal de prova o caderno de textos definitivos.
- As questões dissertativas deverão ser redigidas em até 30 (trinta) linhas e o parecer deverá ser redigido em até 120 (cento e vinte) linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de textos definitivos;
- Para o preenchimento do caderno de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no caderno de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu caderno de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do caderno de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas os textos redigidos no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Questão Dissertativa 3

Maria adquiriu a propriedade de um imóvel localizado no Município X, incidindo, na hipótese, o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

O Município X, ao realizar o lançamento da referida obrigação tributária, adotou como base de cálculo valor de referência estabelecido previamente pela Fazenda municipal como parâmetro para o cálculo do ITBI. Isso porque, segundo a municipalidade, a base de cálculo do ITBI deve ser atrelada à base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de acordo com interpretação dada pelos dispositivos do Código Tributário Nacional – CTN, a seguir transcritos:

ITBI: “Art. 38. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.”

IPTU: “Art. 33. A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.”

Diante do caso narrado e considerando a legislação e a jurisprudência sobre a hipótese, responda justificadamente ao que se pede.

- A) Qual é o fato gerador do ITBI?**
- B) Quais modalidades de lançamento do crédito tributário o ITBI admite?**
- C) A base de cálculo do ITBI deve estar vinculada à do IPTU, como defende o Município X?**
- D) É legítima a adoção de valor venal de referência previamente fixado pelo Município X como parâmetro para a fixação da base de cálculo do ITBI?**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

Questão Dissertativa 4

Sílvio foi contratado como escriturário pelo Banco Dinheiro Vivo S.A. em março de 2010. Em razão do seu bom desempenho e performance diferenciada, que foram notados pelos seus superiores, Sílvio foi promovido em 2013 ao cargo de chefe da tesouraria, passando a receber gratificação de função de 50% do seu salário, sendo a partir dali o responsável pelos empregados que atuavam na tesouraria e mantendo consigo a chave do cofre da agência.

Em 2018, quando recebia como remuneração o valor equivalente ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Sílvio assinou termo aditivo ao seu pacto laboral prevendo cláusula compromissória de arbitragem. Sílvio aderiu na admissão ao plano de saúde em grupo oferecido pela empresa para si e seus dependentes (esposa e 1 filho menor), em sistema de coparticipação. Em 2021, para reduzir custos, o empregador alterou a operadora do plano de saúde, sendo que o novo parceiro tinha uma rede credenciada equivalente, e retirou todos os dependentes dos empregados do plano. Em 2022 o empregador reverteu Sílvio ao cargo de escriturário, suprimindo a gratificação de função de R\$ 2.500,00, mantendo apenas o salário de R\$ 5.000,00 mensais.

Isadora, esposa de Sílvio, exerce mesma atividade que o marido e sempre trabalhou num banco estatal (empresa pública). Ambos pretendem requerer a aposentadoria voluntária porque completaram os requisitos legais e desejam ter mais uma fonte de renda.

Considerando os ditames legais, responda justificadamente às indagações a seguir.

- A) Analise a legalidade, ou não, da cláusula compromissória de arbitragem no contrato de Sílvio.**
- B) Analise a legalidade, ou não, da alteração da operadora do plano de saúde, justificando.**
- C) Analise a legalidade, ou não, da exclusão dos dependentes de Sílvio na nova operadora do plano de saúde.**
- D) Analise a legalidade, ou não, da supressão da gratificação de função que Sílvio recebia.**
- E) Analise a consequência jurídica da aposentadoria voluntária de Isadora.**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO

Parecer 2

Em novembro de 2023, João, servidor público ocupante de cargo efetivo junto à Câmara do Município Alfa, no exercício das funções e de forma dolosa, percebeu vantagem econômica direta, consistente no pagamento de propina no valor de cem mil reais, para facilitar a contratação de serviços na área de tecnologia da informação pela Câmara Municipal, por preço superior ao valor de mercado, com direcionamento da licitação em favor da sociedade empresária Beta, cujo sócio administrador é seu irmão Carlos.

Sem prejuízo da apuração e responsabilização no âmbito disciplinar, ao tomar conhecimento dos fatos, mediante recebimento de provas documentais cabais do ilícito, o Presidente da Câmara solicitou parecer à Procuradoria Legislativa sobre as providências que podem ser adotadas, em matéria de improbidade administrativa, bem como sobre o regime jurídico aplicável ao caso em tela.

Na condição de Procurador Legislativo da Câmara do Município Alfa, elabore parecer em resposta à demanda da Presidência da Casa, abordando necessariamente os seguintes aspectos:

- A) João praticou ato de improbidade administrativa? Caso positivo, quais as sanções aplicáveis? Indique o atual tratamento legal e entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a perda da função pública no caso concreto.**
- B) Discorra sobre a legitimidade para ajuizamento de ação de improbidade.**
- C) Disserte sobre a obrigatoriedade de a assessoria jurídica da Câmara que emitiu parecer no procedimento licitatório fazer a defesa do agente público.**
- D) Diante do interesse manifestado por João, discorra sobre a possibilidade de consensualidade em matéria de direito sancionador no âmbito da improbidade administrativa.**
- E) Em matéria de indisponibilidade de bens, de acordo com a Reforma de 2021 da Lei de Improbidade Administrativa, indique: Quais os requisitos legais para decretação da medida de indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa? Qual valor deve ser considerado na indisponibilidade de bens? Essa indisponibilidade deve incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita? É possível a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu?**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35

RASCUNHO

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

RASCUNHO

- 71
- 72
- 73
- 74
- 75
- 76
- 77
- 78
- 79
- 80
- 81
- 82
- 83
- 84
- 85
- 86
- 87
- 88
- 89
- 90
- 91
- 92
- 93
- 94
- 95
- 96
- 97
- 98
- 99
- 100
- 101
- 102
- 103
- 104
- 105

RASCUNHO

- 106
- 107
- 108
- 109
- 110
- 111
- 112
- 113
- 114
- 115
- 116
- 117
- 118
- 119
- 120

RASCUNHO

Realização

